

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº /2003
(Da Comissão de Agricultura e Política Rural)

Solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário, sobre os critérios adotados pelo INCRA para a desapropriação de terras.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal c/c os arts. 24, inciso V, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Miguel Rossetto, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, o seguinte pedido de informações:

1. Por que a Instrução Normativa INCRA Nº 10, de 18 de novembro de 2002, foi emitida em desacordo com a legislação nacional vigente?

2. Mesmo depois de publicada a Instrução Normativa INCRA Nº 11, de 14 de abril de 2003, que revoga disposições manifestamente ilegais, estabelecidas pela Instrução Normativa INCRA Nº 10, por que razão o INCRA continua a calcular o número de módulos fiscais em desacordo com a legislação nacional?

3. Que medidas o INCRA está adotando para cumprir integralmente a Carta de Intenção de 26 de fevereiro de 2003, assinada pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Senhor Miguel Rossetto, pelo Ex-Presidente do INCRA, Senhor Marcelo Resende de Souza, e pelo Presidente da CNA, Senhor Antônio Ernesto de Salvo?

Sala da Comissão, em 1º de outubro de 2003.

Deputado WALDEMIR MOKA – PMDB/MS
Presidente